



PAULO ROCHA

SUPERINTENDENTE DA SUDAM




 Paulo Roberto Galvão da Rocha
- Casado

 +55 91 99247-1313

 01/04/1951

 +55 91 99247-1313

 Rua Municipalidade, Nº 1508 - ED. SANTOS DUMONT
Umarizal, Belém/PA.
CEP 66.050-350

 13paulorochoa@gmail.com

FORMAÇÃO

Artes Gráficas

GRADUAÇÃO

Ensino Médio/Técnico
Escola Salesiana do Trabalho

HISTÓRICO POLÍTICO

1980 - Presidiu o Sindicato dos Gráficos e a Central Única dos Trabalhadores no Pará.
1981 – Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT).
1984 – Presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Pará).
1990 – Foi eleito Deputado Federal.
1994 – Foi reeleito Deputado Federal.
1998 – Foi reeleito Deputado Federal.
2002 – Foi reeleito Deputado Federal.
2006 – Foi reeleito Deputado Federal.
2010 – Concorreu ao Senado federal.
2014 – Foi eleito Senador da República.
2018 – Concorreu ao cargo de Governador do Pará
2023 – Foi empossado no cargo de superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

OBS:

Durante os cinco mandatos de Deputado Federal, Paulo Rocha integrou as Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Economia, Indústria e Comércio, além da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento. No mandato de Senador, exerceu a função de líder da bancada do PT naquela Casa.

LEIS DE AUTORIA DE PAULO ROCHA

Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Anistia aos sindicalistas

Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.

Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998 – Define trabalho escravo

Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Tipifica o trabalho escravo como crime.

Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002 – Cria a profissão de ACS

Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Cria o Seguro Defeso

Concede seguro-desemprego, durante o período defeso, ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal.

Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006 – Anistia ECT

Anistia os trabalhadores dos Correios, punidos em razão da participação em movimento grevista

Lei nº 12.033, de 29 de setembro de 2009 – Injúria Racial

Estabelece que injúrias referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem caberá representação do ofendido, tornando pública a ação judicial.

Lei nº 12.446, de 15 de julho de 2011 – Júlio Cesar, herói da Pátria

Inscreve o nome de Júlio Cesar Ribeiro de Souza no Livro de Heróis da Pátria.

Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014 – PEC do Trabalho Escravo

Expropria propriedades rurais e urbanas onde for encontrado trabalho escravo, sendo a propriedade destinada à reforma agrária e habitação popular.

Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015 – Ensino Médio nas penitenciárias

Modifica a lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Lei nº 195, de 08 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo

Libera recursos do Fundo Nacional de Cultura aos Estados e Municípios para incentivo de ao setor cultural, como forma de mitigar efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.